

Demolição da Igreja Matriz de Sant’ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense¹

Maria Julieta Weber CORDOVA²

RESUMO: No estudo sobre o processo de demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana na cidade de Ponta Grossa, no Paraná, deparou-se com questões relativas à memória, à preservação do patrimônio edificado, à busca pelo progresso e ao conseqüente confronto entre o antigo e o moderno. Foi possível constatar que o bispado utilizou-se da instituição de um discurso legitimador ao apresentar o projeto de uma nova e moderna Matriz como um novo marco para a história de Ponta Grossa Alegaram-se problemas de insegurança na estrutura física do antigo prédio como um motivo premente de demolição, enfatizando-se inclusive “riscos de desabamento”. Conquistou-se, pouco a pouco, o imaginário social ponta-grossense, pois era o momento em que se buscava o novo e o moderno como elemento essencial para um almejado progresso. A demolição do antigo prédio veio a evidenciar esse momento.

Palavras-chave: memória; patrimônio edificado; imaginário social.

ABSTRACT: In the study of the process of demolishing the old building of the Church of Sant’Ana in the city of Ponta Grossa, Parana, faced with issues of memory, the preservation of built heritage, the quest for progress and the resulting clash between the old and modern. It was found that the bishopric was used to the imposition of a legitimizing discourse by presenting the design of a new modern matrix as a new milestone in the history of Ponta Grossa claimed to security problems in the physical structure of the old building as a reason urgent demolition, including emphasis on "risk of collapse." The won was little by little, the social imaginary ponta-grossense, it was the moment they craved the new and modern as essential for a desired progress. The demolition of the old building has come to show this time.

Keywords: memory; built heritage; the social imaginary.

Introdução

Ao se estudar o episódio da Demolição do Antigo Prédio da Igreja Matriz de Sant’Anana na cidade de Ponta Grossa/PR, deparou-se, fundamentalmente, com discursos sobre a memória e a preservação do patrimônio histórico edificado. E uma questão

¹ Optou-se por utilizar a palavra “ponta-grossense” ligada por hífen, conforme consta em dicionários da língua portuguesa, embora possa ser encontrada em fontes primárias como “pontagrossense”.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Licenciada em História (UEPG), Mestre em Educação (UEPG) e Doutora em Sociologia (UFPR).

recorrente, neste episódio, foi justamente a oposição que se estabeleceu entre preservar e progredir.

Procurou-se, neste trabalho, desmistificar o que comumente se pré-estabelece: que o progresso impede a preservação ou que a preservação atrapalha o progresso. Preservar e progredir implicam compreender o contexto em que se inserem o *antigo e o novo, o moderno e o progresso*.

Pode-se dizer que o *antigo e o moderno* relacionam-se conflituosamente desde a Antiguidade. Embora no Renascimento o *moderno* somente fosse exaltado pelas referências ao *antigo*, estabeleceu-se uma periodização fundamental entre a época antiga e a moderna. Sendo assim, *antigo e moderno* nem sempre se opuseram, mas se desenvolveram em contextos muito complexos.

Tanto o *antigo* pode significar “tradicional”, quanto o *moderno* pode ter o sentido de “recente” ou “novo”. *Antigo* significa “pertencimento ao passado”, por ter sido primeiramente remetido à época da história chamada pelo Ocidente de Antiguidade. O conceito *moderno*, desde o seu aparecimento em latim e ao longo da Idade Média, manteve o seu significado de “recente” (LE GOFF, 1996, p.167).

Se conforme LE GOFF, *moderno* nasce do sentimento de ruptura com o passado, *novo* significa, mais que uma ruptura com o passado, um esquecimento, uma ausência de passado. No Cristianismo, por exemplo, novo adquire um sentido de “começo”, de “nascimento”: o *Novo Testamento* (1996, p.169-173).

O *moderno* irá ajustar-se ao termo *progresso* ao se enquadrar aos moldes da Revolução Industrial. Assim, pode-se dizer que o conceito de progresso é “eminente e ocidental”; os gregos não possuíam uma palavra específica para a idéia de progresso e “o termo latino 'progressus' tinha um sentido muito mais material (avançar) que normativo” (LE GOFF, 1996, p. 235). Foi especialmente no período em que se instaurou a Revolução Industrial e se gerou a Revolução Francesa que se adotou irrestritamente a idéia de progresso. “Só então os homens das Luzes vão substituir a idéia de um tempo cíclico, que torna efêmera a superioridade dos antigos sobre os modernos, pela idéia de um progresso linear que privilegia sistematicamente o moderno” (LE GOFF, 1996, p.178-179).

Quando o *progresso* privilegiou o *moderno*, acelerou-se o tempo da história, principalmente no século XX, por ser “o tempo das mudanças, das transformações e da destruição, ao passo que o tempo da memória coletiva é o da permanência e da continuação [...]”. De acordo com Nora:

A memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanentes, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. (...) A memória é um absoluto, a história não conhece mais do que o relativo (1993, p. 127).

Dessa forma, a memória, embora distinta da História, pode proporcionar o elo de ligação com o passado. E a memória coletiva é também um “instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 1996, p. 476).

Considerando tais reflexões entre o antigo e o moderno é que se procurou contextualizar o episódio da Demolição do Antigo Prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana, questionando como e por que se tornou uma necessidade urgente demolir o antigo prédio, já que o projeto original previu entre seis a sete anos para a construção da nova e moderna igreja. Entretanto, desde a demolição do antigo prédio no ano de 1978, o novo prédio ainda não se encontra totalmente concluído.

Atualmente, 33 anos após o episódio da demolição, ainda que permaneça na memória de alguns ponta-grossenses, raream-se ainda mais as fontes para seu estudo. Em pesquisa realizada anteriormente, em 1999, utilizou-se, fundamentalmente, de fontes orais, fontes bibliográficas e de algumas fontes primárias, dentre estas últimas, uma inusitada, um álbum redigido e registrado em 1978 (ano da demolição), em um cartório já extinto da cidade, em que um dos membros do clero declarava a necessidade urgente da demolição do prédio, alegando tanto insegurança física do espaço como necessidade premente para o progresso da cidade.

Tal álbum que se encontrava arquivado na Casa da Memória de Ponta Grossa já não se encontra mais disponível para pesquisa. Desapareceu das estantes e pode-se dizer que, assim como muitos documentos históricos, perdeu-se no tempo, passando a não existir mais e não sendo possível, portanto, utilizá-lo como fonte primária de estudo.

É no sentido de se demarcar narrativas sobre o episódio em questão, que se pretendeu trazer à tona o estudo realizado em 1999, em que se buscou apreender o momento da demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana, deparando-se, para tanto, com discursos sobre a memória e a preservação do patrimônio edificado e do confronto entre o antigo e o moderno.

Cabe ressaltar ainda que, ao se utilizar de fontes de pesquisa primárias, optou-se pela sua transcrição literal, preservando-se, dessa maneira, a grafia original.

1 A Igreja e a Cidade

Ao se procurar delinear o espaço que a Igreja ocupa no imaginário social da cidade, faz-se necessário esclarecer que imaginário social, na perspectiva do discurso historiográfico, precisa ser compreendido como criação do social-histórico, tendo como produtos realidade e racionalidade, envolvendo figuras, formas, símbolos, imagens e por que não dizer pensamentos sob formas diversas do que se pretende compreender: “Todo pensamento da sociedade e da história pertence em si mesmo à sociedade e à história. Todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu ‘objeto’, é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico” (CASTORIADIS, 1982, p.13).

A cada pensamento que interage no imaginário social, revelam-se variadas e complexas funções no reconhecimento de uma representação coletiva. Seus símbolos, emblemas, sentimentos e reações serão fatores fundamentais na construção do imaginário social de uma dada representação coletiva ao se desvendar a forma de poder que o legitima e, portanto, a definição do lugar e o objeto dos conflitos sociais (RUGGIERO, 1985, p. 310).

Conceituar a história como uma narrativa (LE GOFF, 1996) é inserir em seu objeto o estudo social, ou seja, o objeto da história passa a ser a sociedade e suas práticas sociais, e não o homem como um elemento isolado do contexto que o integra.

Sendo assim, o fazer social-histórico torna-se conflituoso, especialmente ao se procurar compreender as relações sociais entre o passado e o presente. Para Marc Bloch, historiador da primeira geração dos Annales, além da atitude já tradicional de compreender o presente pelo passado, deve-se permitir à história compreender o passado pelo presente. E o passado não deixa de viver e de se tornar presente (LE GOFF, 1996).

Ao se procurar compreender o papel e o espaço que a Igreja Matriz de Sant’Ana assumiu na vida que se constituiu em Ponta Grossa, pretendeu-se verificar inversamente o sentido do fazer social-histórico ao se indagar por que, em um dado momento, o templo que até então servia satisfatoriamente à população ponta-grossense torna-se um empecilho para o desenvolvimento da cidade, apontando para um caráter apolítico da Igreja enquanto Instituição e, portanto, passível de arbitrar de forma supostamente neutra aos possíveis argumentos contrários ao projeto de demolição do antigo prédio e de construção de uma “nova” e “moderna” Matriz.

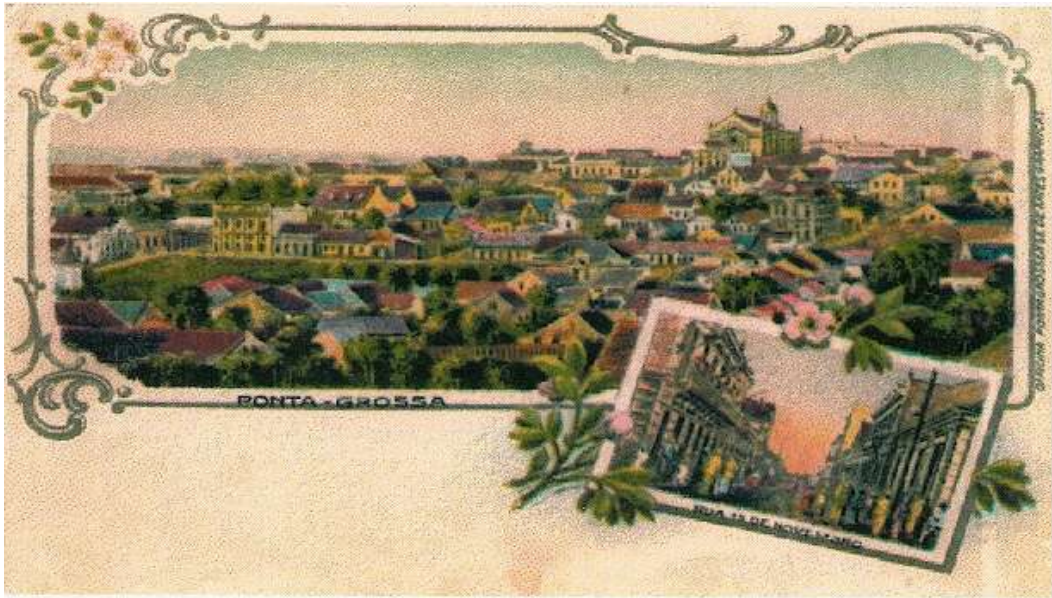


Figura 1: Cartão-postal remetido em 1917 demarcando o espaço ocupado pela Igreja Matriz de Sant'Ana no local mais alto da cidade.
Acervo da autora

A construção da primeira igreja, na década de 1820, no lugar mais alto da cidade, deu-se especialmente por ser em tal espaço a concentração da comunidade que se formava. E se algumas versões apontam que a construção da primeira igreja aconteceu no local mais alto da cidade por decisão dos poderosos donos de terras e de escravos, nada mais coerente então que essa decisão se desse em favor do único local em que havia concentração da comunidade.

Outra versão bastante conhecida entre os ponta-grossenses é a lendária história do “mito das pombinhas”, conforme versão de Manoel Cyrillo Ferreira que, em 1935, publicou a *Miscelânea da História de Ponta Grossa*, reunindo vários trabalhos já citados nas colunas do *Jornal Diário dos Campos*, na Revista *O Itiberê*, além de outros ensaios. O autor intitula-se um conhecedor das tradições ponta-grossenses através dos testemunhos dos seus antepassados, que participaram da fundação de Ponta Grossa:

[...] o Sargento-Mór, compreendeu que se fazia necessária a reunião dos poucos elementos individuais então existentes pelas redondezas para ser resolvida a criação de uma freguezia; tanto mais que para aquele ponto já havia a simpatia de quantos por ali transitavam. Porém como as dependências catòlica e civil eram difíceis, o Sargento-Mór, resolveu convocar uma reunião composta de outros fazendeiros vizinhos para melhor combinarem sobre a definitiva escolha do lugar da futura Freguezia; aprovada uma reunião na qual (vulgo Mingote) pai do Barão de Guaraúna, Benedito M. Ferreira Ribas, Coronel Domingos Ferreira Lobo, Antonio da Rocha Carvalhaes e outros mas, após muita troca de idéias sobre o assunto e na impossibilidade de um acordo sobre a escolha do ponto onde deveria ser plantada uma cruz, ou marco decisivo para a construção de uma capela, o Sargento-Mór, propoz que servisse de arbitro um pombo, mediando os caminhos entre o seu sítio e os de seus vizinhos, e onde o pombo poisasse, ficaria sendo o ponto definitivo para a construção da Capela, que teria como padroeira N. S. Santa Ana e para a instalação do futuro Povoado. (FERREIRA, 1935, p.2)

Se o mito nada mais é do que a própria manifestação do imaginário, tanto na tradição escrita como na oral (CARVALHO, 1990), o mito da pombinha acaba por revelar o caráter centralizador que se forma na estrutura política, desde a fundação, e que se pretende perpetuar, influenciando tanto no aspecto econômico quanto no social.

A Capela de Nossa Senhora Sant'Ana já estava presente na história ponta-grossense desde a escolha do local de sua povoação, momento em que delinearam símbolos para a construção de sua identidade.



Figura 2: Fotografia de saída de missa do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'Ana (meados do século XX).
Acervo: Foto Bianchi

A primeira igreja construída ampliou-se na década de 1860, visando atender ao crescimento da população. Mas foi no início da primeira década do século XX, que se iniciaram os trabalhos de estilização pelo arquiteto italiano Nicolau Ferigotti.

A partir do momento que se cogitou sobre a necessidade de demolição do antigo prédio, começaram a se dividir discursos sobre o papel histórico do espaço que a Igreja ocupava com o seu prédio antigo e sobre o que este poderia representar para a sua comunidade.

O estudo sobre o processo da demolição buscou tratar da representatividade do antigo prédio da antiga Matriz de Sant'Ana no imaginário social da comunidade pontagrossense, processo este que culminou com o processo de demolição do mesmo. Quando o antigo deu lugar ao novo em nome do progresso, constituíram-se discursos sobre o novo e o moderno no episódio da demolição da Igreja Matriz de Sant'Ana, em detrimento de um possível reconhecimento histórico de um patrimônio que se constituía como a edificação que deu origem à própria história da cidade.

2 Demolição da Igreja Matriz de Sant'ana: a preservação do antigo e o discurso do moderno no imaginário social pontagrossense

Os primeiros comentários a respeito da necessidade de se demolir o antigo prédio vieram do próprio bispado, na pessoa do então bispo D. Geraldo Pellanda. O bispado chegou a montar e registrar em cartório da cidade, um álbum a respeito da demolição, pretendendo assim, justificar e assegurar idoneidade em suas atitudes.

Tal álbum, ainda que não conste mais nos registros da Casa da Memória da cidade, havia se tornado uma fonte rica de estudo sobre o episódio da demolição. Já na apresentação do álbum, escrito pelo Padre Vitório Dall'Acqua, pode-se vislumbrar a forma como se deu o processo de legitimação discursiva, por parte do bispado, da idéia de necessidade de demolição aos pontagrossenses:

Eu, Pe. Vitório Dall'Acqua, da Diocese de Ponta Grossa, trabalhando na qualidade de Secretário particular de Dom Geraldo Pellanda, Bispo Diocesano, organizei o presente Album, fotografado e escrito, a respeito da demolição da velha Catedral de Ponta Grossa. Tive o cuidado de ser fiel à realidade: como fotógrafo amador, fotografando os lances principais e como narrador, dando-lhes a moldura ecológica de tempo e espaço, para que os prósperos pudessem ver,

avalhar e saber como foi a demolição do velho templo e em que estado atual êle se encontrava.

Sim, é verdade que os saudosistas fanáticos moveram uma guerra de nervos contra nosso Bispo, como é verdade também, que os sensatos, não só compreenderam, mas aceitaram esta idéia e cooperaram na demolição da velha, pequena, descômoda e insegura Catedral.

Faço isto, como historiador, isento de parcialidade e como prova de amor e fidelidade à verdade, cuja Verdade é o próprio Deus (DALL'ACQUA, 1978, s/p).

Ao se ressaltar que a verdade é o próprio Deus, caberia ao historiador ser um representante de Deus, e contra um representante imparcial não deveria haver argumentos. Ou seja, seria sensato à comunidade ponta-grossense compreender e, afinal, aceitar a idéia da demolição tomada pelas autoridades sem muitas delongas.

A idéia do novo e do moderno em muito contribui na montagem do álbum, criando significações para o imaginário ponta-grossense.:

Com licença S^a Sant'Ana:

Com a permissão e a benção da Senhora Sant'Ana, vai ser demolida a velha, pequena e insegura Catedral de Ponta Grossa.

E, no mesmo local se erguerá um novo, grande, seguro e moderno Templo que honre mais ainda a este bom povo pontagrossense e à sua Excelsa Padroeira, a Senhora Sant'Ana (DALL'ACQUA, 1978, s/p)

Poderia restar alguma dúvida aos ponta-grossenses, se no local de uma velha, pequena e insegura Catedral, seria construída uma nova, grande, segura e moderna ?

Encontra-se com freqüência, nos jornais da época, notas referentes ao progresso que transforma rapidamente a cidade. Buscava-se mudar o panorama da cidade como algo vital para o seu desenvolvimento:

CIDADE COM NOVO PANORAMA

Para quem conheceu Ponta Grossa há dez anos passados, se a visitar agora, poderá até não reconhecer os traços daquela antiga cidade interiorana. Os antigos calçadões de paralelepípedos, foram substituídos pela tarja negra do asfalto que embeleza e moderniza as vias do tráfego. É bem verdade que os calçadões estão por aí, e é bom que permaneçam para que possamos recordar dos tempos de antigamente.

A Av. Vicente Machado, por exemplo, antes, emoldurada por antigos casarões, o é agora por invejáveis espécimes de modernos edifícios. E são exatamente esses edifícios que mudaram o panorama central de nossa

cidade. Antigamente sabíamos quantos eram, um, dois, três; hoje nos obrigamos a contar nos dedos, tantos são os prédios que se perfilam no quadro central.

Durante a noite, se olharmos para os arrabaldes, principalmente para os lados da saída para Curitiba, conseguimos ver um conglomerado luminoso que se destaca na passagem bonita dos Campos Gerais: são as indústrias. É o nosso parque industrial, antigamente nem mesmo sonhado. Hoje, dinâmico e atuante, dando nova vida nas veias da cidade (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1978).

Era o momento em que a idéia da instalação do parque industrial na cidade atingia o imaginário social ponta-grossense. Quanto mais indústrias viessem, mais inovação e modernização se alcançaria. A idéia de beleza estaria diretamente ligada à idéia do moderno, em contraste com a antiga cidade de características interioranas.

Desenvolver-se industrialmente significava dinamismo. Ponta Grossa faria então juz à posição político-social de *Capital Cívica do Paraná*, especialmente porque o desenvolvimento industrial indicava representatividade política.

A proximidade e a conseqüente rivalidade com Curitiba, a capital do estado, aliadas ao crescente desenvolvimento industrial que figurou no Norte do Paraná, foram alguns dos motivos que impulsionaram o imaginário social ponta-grossense a almejar o moderno, em contraponto às suas características historicamente tradicionais.

A idéia do moderno e do progresso é muito utilizada pelo bispado, como forma de influenciar as opiniões da comunidade ponta-grossense na escolha de uma nova e moderna catedral. Há uma nota no jornal *Diário dos Campos*, em que o título “QUASE PRONTA PARA A DEMOLIÇÃO” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1978) sugere uma certa expectativa na passagem da *velha* para a nova catedral.

A união do bispado, de autoridades municipais, entre outras autoridades envolvidas encontravam justificativas para tal reunião de forças:

Segundo o que informou à reportagem ontem à tarde o bispo D. Geraldo Pellanda, os trabalhos de demolição a serem executados aos poucos estão a cargo de trabalhadores da Prefeitura Municipal “já que é necessário poupar para a construção do novo templo. Por isso estamos aceitando com muito bom grado este inestimável auxílio do Poder Executivo”, disse D. Geraldo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, 1978).

O novo e o moderno foram pouco a pouco preenchendo o imaginário ponta-grossense. Os debates sobre a demolição do antigo prédio não envolviam simplesmente a questão da necessidade ou não da demolição, mas o que conquistava a comunidade era a

idéia de que se construiria mais um prédio novo e moderno , e dessa vez com garantia das autoridades mais representativas da cidade, de que seria um prédio que causaria impacto a quem quer que o visitasse. Seria o cartão-postal de modernidade que a cidade atingiria.

Dentre as justificativas das autoridades envolvidas e as opiniões que se formavam a respeito da demolição, o bispado influenciou especialmente no tocante aos discursos de uma pretensa insegurança que o antigo prédio ofereceria. Foi uma das questões que mais sustentaram a opção pelo novo e pelo moderno, abrindo caminho para os discursos em prol do progresso e invalidando os que discordavam dos motivos criados para a demolição.

Encontram-se, no álbum do Padre Vitório Dall'Acqua, vários motivos que atestam ser de vital importância a demolição do antigo prédio. Dentre os motivos ressaltados no álbum e nos próprios depoimentos do Bispo D. Geraldo Pellanda nele contidos, destaca-se o de que haveria riscos de desabar a estrutura do antigo prédio. Mencionaram-se, repetidas vezes, no álbum do Padre Vitório Dall'Acqua, problemas na estrutura física do antigo prédio como:

REALIDADE=INSEGURANÇA

Vemos esta realidade no muro... Sua constituição: pedras grandes, disformes, roliças; cal, areia e argamassa de barro...

Ainda mais, tudo isso sendo minado pela água que penetrava pelas calhas podres...

[...] Um enorme arco, Arco sem Triunfo, fez “suspense” e realmente constituía perigo eminente... dada a liga frágil do muro, sem cimentos, sem ferros, sem concretos.

[...] Como era a cupula ? Era feita de madeira, sem armação de ferro, não conheceu o cimento; a madeira era carunchada e o reboque feito de cal, cimento e terra... (DALL'ACQUA, 1978, s/p)

Foram confrontadas as colocações de um engenheiro civil, que também vivenciou o episódio da demolição, com as de Padre Vitório Dall'Acqua, visando esclarecer um pouco mais sobre a situação em que se encontrava a estrutura física do antigo prédio. Quanto à

“ [...] realidade do muro [...] As pedras grandes, disformes, roliças; cal, areia e argamassa [...]” a que se refere Padre Vitório Dall'Acqua, constituía uma realidade comum e muito usada não só nas construções antigas, como nas atuais:

A argamassa de barro, a palavra barro dá uma idéia de alguma coisa não sólida, ela é empregada ainda hoje. Em Ponta Grossa não utilizamos argamassa de barro por um motivo muito simples: não temos esse barro na nossa região. Nossa região é solo sedimentar. Mas, por exemplo, toda

Santa Catarina, toda Camboriú, por exemplo, as alvenarias são construídas com argamassa de barro: cal e barro (LAROCCA, 1999).

Também é plenamente justificável o uso de pedras combinadas com tijolos maciços, inclusive com cuidados adequados para se evitar umidades, conforme o uso e costume da época. Entretanto, o engenheiro entrevistado atenta que:

Não eram pedras roliças. O uso eventual de uma ou outra pedra mais arredondada no alicerce não faz mal de espécie alguma. Olhando as demolições das construções mais antigas do centro de Ponta Grossa, você vai notar de vez em quando a existência de pedras roliças. O que importa na alvenaria é a existência de pedra argamassada. Quem dá a resistência dela? A argamassa. [...] Basicamente era costume, na época, você levantar em pedra apenas o respaldo, ou o sóculo. Já aqui pra frente você trabalhava as paredes externas em alvenaria de tijolo maciço. Mais que isso: os tijolos freqüentemente eram queimados duas vezes. Um tanto por resistência. Eles tinham muito medo de umidade, de que impregnasse umidade. Então eles passavam duas vezes pelo forno (LAROCCA, 1999).

A alegação do Padre Vitório Dall'Acqua de que existiam calhas podres é a que menos evidencia necessidade de demolição do antigo prédio. Assim como são trocadas calhas com problemas em qualquer moradia, poderiam igualmente ser trocadas as do antigo prédio, pois “[...] toda calha é feita de chapa galvanizada com uma vida útil na faixa de 11 a 15 anos [...] O trabalho de trocar uma calha é feito por qualquer funileiro em questão de algumas horas a um custo insignificante” (LAROCCA, 1999).

Outra questão a que se refere o Padre Vitório Dall'Acqua é o fato de não ser utilizado cimento na cúpula do antigo prédio. O engenheiro entrevistado ajudou a esclarecer tal alegação que serve inclusive como resposta às questões levantadas sobre a insegurança do antigo prédio, com a intenção de inculcar a idéia de necessidade de demolição:

Por que é que eventualmente a catedral não tinha ou tinha apenas um ou outro toque de cimento? Por falta de necessidade. As paredes de alvenaria, de tijolo, especialmente tijolo naquela ocasião, maciço, têm condições de resistir a forças muito grandes.

Havia vigas com problemas, havia arcos com problemas, talvez houvesse alguma alvenaria com problema. A pergunta é: era possível restaurar o antigo prédio? Sim, com certeza. Só que pra isso era preciso haver vontade de que isso acontecesse. Não houve essa vontade. Isso ficou muito claro nas afirmativas das pessoas que dirigiam a diocese. Não, a

intenção era tirar aquela catedral de lá para dar lugar a uma outra construção (LAROCCA, 1999).

Às afirmativas referentes à insegurança do antigo prédio somente engenheiros, arquitetos ou pessoas com conhecimento de causa poderiam se sentir capazes de discordar dos discursos que primavam pela demolição. Ou seja, tais discursos pretendiam ser mais do que científicos, mas inquestionáveis, justamente por serem ditados pelo bispado, representante da palavra *imparcial* de Deus, com o apoio de autoridades municipais, representadas especialmente pela pessoa do então prefeito.

Em dados momentos, os discursos do bispado tornam-se veementes e até irônicos, conforme transparece no álbum do Padre Vitório Dall'Acqua, quando comenta sobre uma foto da demolição das paredes laterais do antigo prédio como “a mais bela fotografia”.

Quando já haviam demolido o teto, o padre comenta: “Linda fotografia da queda de um pedaço de parede, lado direito, perto do presbitério. O movimento do entulho caindo, forma uma espécie de ilha, com o fundo azul-celeste representando o mar [...]” (DALL'ACQUA, 1978, s/p)

Entretanto, nenhuma alegação esclarece mais como o bispado procurou formar uma rede simbólica que veiculasse significações no imaginário ponta-grossense, do que uma nota do Padre Dall'Acqua, que trata dos que não concordavam com a demolição:

OS SAUDOSISTAS FALAM:

Que pena derrubar a Catedral ! É um crime contra o Patrimônio Histórico! É uma barbaridade ! E êste Bispo e êsse Prefeito... etc... e etc... (em silêncio!...). E êstes Padres... etc ... (em silêncio!...). Derrubam na verdade nossa amada, idolatrada, querida, saudosa e chorada Catedral ! (DALL'ACQUA, 1978, s/p)

Ao identificar os que eram contra a demolição com o rótulo de saudosistas fanáticos, o Padre Vitorio Dall'Acqua fornece mais pistas acerca da posição do bispado, acabando por revelar que aos que não concordavam com a idéia de demolição, restava apenas comentarem em silêncio os seus motivos, já que suas idéias figuravam como algo que lembrava uma forma de heresia.

Seria especialmente no dia em que morreu um tratorista nos trabalhos de demolição do antigo prédio, que os discursos do bispado e dos que concordavam com a demolição, iriam se firmar quanto à necessidade de demolição pela insegurança que o prédio ofereceria.

Os comentários sobre um possível desabamento já faziam parte dos debates cotidianos dos ponta-grossenses, mas se acentuou e, por assim dizer, tomou corpo quando

morreu o operário que manobrava um trator ao demolir uma das paredes laterais do antigo prédio. Conforme o título de uma nota no *Diário dos Campos*, elegeu-se tal acontecimento como um *Tributo que se paga pelas grandes realizações* (DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, 1977).

Entretanto, não se levantaram questões como o despreparo por parte de quem executava a demolição, que deixou de orientar seus tratoristas quanto aos riscos que se poderia correr ao se demolir paredes antigas construídas de tijolos maciços. Mas era necessário dar legitimidade às palavras de advertência dos que estavam a favor da demolição, especialmente aos discursos referentes à insegurança do antigo prédio, tão ressaltada pelo bispo.

Na mesma nota do *Diário dos Campos* foi registrado o seguinte comentário: “Esse lamentável acidente não diminui em nada o desejo de Ponta Grossa ver no alto da colina, um novo e deslumbrante templo de fé cristã. Isso que aconteceu é um tributo que se paga pelas grandiosas realizações” (DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, 1977).

O álbum do Padre Vitório Dall’Acqua registrou a morte do operário como mais um acontecimento ditado por Deus e, portanto, incontestavelmente verdadeiro, no seguinte discurso:

[...] o fato era por demais doloroso, mas que o deveríamos compreender com os olhos de Deus, onde a gente não vê culpados, nem o acaso, pois Deus não deixa cair um só cabelo de nossa cabeça, sem sua vontade soberana, e muito menos deixaria cair uma pedra enorme sôbre um homem, por descuido ou por acaso [...] Que se temos fé, então devemos ver, compreender e também aceitar a morte, onde, como e quando ela se apresenta, na vontade divina[...] pois, nossa vida não é nossa, é emprestada, é de Deus!
(DALL’ACQUA, 1978, s/p)

Os discursos que se faziam a favor da demolição tendo em vista a insegurança do antigo prédio ganham forças com o acontecimento da morte do tratorista; tais discursos, embasados no novo, no moderno e no seguro, formaram um “sistema de significantes” que, por sua vez, encontrou “veiculação” para toda uma “rede simbólica” (CASTORIADIS, 1982) que se justifica ao se transformar a insegurança alegada em fato concreto, com a morte do tratorista. Tornou-se um acontecimento real e contra a realidade instituída e a “vontade divina”, não se poderia contestar. Restava aos que não concordavam com a demolição reclamarem “em silêncio”, ou agirem como “saudosistas fanáticos” (DALL’ACQUA, 1978, s/p) .

Das alegações que pretendiam ser “incontestáveis” sobre as más condições em que se encontraria a estrutura física do antigo prédio, destacam-se as que versavam sobre o rolamento de algumas pedras na demolição e a morte do tratorista, transformando-se em motivos mais que justificáveis para a demolição. E ainda serviram como um alerta “divino”, ou seja, o bispado conseguiu confirmar o perigo de desabamento, mostrando aos pontagrossenses que, caso não houvesse demolição, pessoas estariam correndo riscos. Assim, a demolição tornou-se não só necessária como de importância vital aos fiéis da nova igreja.

Quando foi proposta a demolição da Matriz, em 1977, a Câmara Municipal de Ponta Grossa recorreu ao então Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Neste ponto, questiona-se: não seria mais coerente recorrer a um amparo legal do município para se preservar um edifício que diz respeito à própria história da cidade?

Já se tornou uma prática comum relegar às autoridades estaduais ou federais a decisão de quais edificações devem ou não ser tombadas. Entretanto, seria mais eficaz se a interpretação do que constitui ou não um patrimônio histórico coubesse aos que fossem seus beneficiários diretos, ou seja, à própria comunidade.

Entretanto, o que ocorreu foi que no parecer do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Paraná, de 1º de setembro de 1977, sobre o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana, consta que não foram encontradas justificativas para o tombamento do referido prédio, assim caracterizado:

Estilo arquitetônico indefinido, não trazendo grandes referências a época em que foi contruído – por seus detalhes arquitetônicos–
Possui belos detalhes no frontão principal e boa solução estrutural no laterais do altar-mór.
A construção em geral é sólida.
Não possui no entanto excepcional valor artístico que justifique o seu tombamento de acôrdo com a lei nº 1.211, de 16/09/1953 (PARANÁ, 1977).

Pode-se dizer que o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana tinha muito de uma arquitetura neo-clássica e eclética. Os nichos dos apóstolos, colocados do lado de fora do prédio, constituíam-se em uma característica rara, ao menos no sul do Brasil.

É interessante ressaltar que embora com “belos detalhes no frontão principal e de construção sólida”, ainda assim o antigo prédio foi caracterizado por um “estilo arquitetônico indefinido”. Não poderia, portanto, apresentar “excepcional valor artístico”. Afinal, o que um prédio de uma igreja interiorana poderia revelar de excepcional fora de seu contexto histórico e do meio em que se insere ?

No mesmo parecer, há uma outra citação sobre a questão do valor histórico do antigo prédio: “Segundo pesquisas, não é a Matriz de Ponta Grossa e não há referências a um fato histórico memorável para a História do Paraná que justifique o seu tombamento”.

Em entrevista com o então diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, atentou-se que para o tombamento, além do parecer do Departamento, representado pelo seu conselho e diretoria, estaria o peso da decisão da comunidade:

[..] não adianta uma lei, embora a lei seja pra alertar, ou seja, um instrumento pra você defender, mas se a comunidade não tem interesse não adianta nada [...]. Não é um ato legal que vai resolver isso” (ALVES, 1999).

No entanto, a garantia que pode oferecer o amparo de uma lei, muitas vezes é tudo o que se tem na luta pela preservação de um bem, pois “enquanto não existir uma consciência preservacionista, um conjunto de leis têm que estar à mão para coibir o uso e abuso sem critérios” (DRÓPA, 1999, p.29).

Quanto à questão de o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana não se relacionar com algum “fato memorável” que justificasse o seu tombamento, o que seria afinal um “fato memorável” senão fazer parte da própria origem de sua comunidade ?

Memorável seria fazer parte da representação cultural que se formou no *Paraná Tradicional* (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969). Do sistema de sesmarias ao caminho das tropas, do contexto que se formou com a vinda dos imigrantes, com a erva-mate, a madeira e a industrialização que ainda procura se definir. Do cotidiano de um povo que está regionalmente delimitado em um espaço social construído historicamente.

Quando a Câmara Municipal de Ponta Grossa, em março de 1977, pediu para que se efetuassem uma vistoria no antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, alegou que se procedesse o tombamento porque:

Entendemos que todo o povo, por uma condição natural de sentimentalismo, perpetua seus monumentos históricos e a nossa Catedral é um monumento majestoso que simboliza a grandeza de Ponta Grossa, o caráter altivo e progressista de seu povo. Sem dúvida alguma, é o único monumento histórico de nossa cidade, razão porque merece o amor e a admiração de todos os pontagrossenses (PONTA GROSSA, 1977).

Ao enfatizar de forma acentuada o “caráter progressista” envolvido pelo imaginário pontagrossense, a Câmara Municipal atentou para a conflitante questão que reside entre

progredir e preservar, relativizando-a quando se deu a entender pelas entrelinhas, que mesmo a urgência do progresso requeria o aval de um passado histórico.

A Câmara Municipal quis a preservação do antigo prédio, mas revelou também o quanto se estava longe das discussões preservacionistas ao apontar para o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana como o “único” monumento histórico de Ponta Grossa, mesmo porque, embora a lei federal de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional estivesse oficializada desde a década de 1930, foi principalmente após o período ditatorial militar que as discussões sobre questões preservacionistas no Brasil, irão pouco a pouco configurar-se nos discursos cotidianos (FERNANDES, 1993, p. 265).

A Igreja Matriz não era o “único” monumento histórico de Ponta Grossa, mas certamente o único que não poderia ser demolido. A escolha da colina mais alta pela pombinha, definindo o local para se estabelecer o povoamento de Ponta Grossa, que justamente é o local onde se edificou a Igreja Matriz de Sant’Ana, pode sugerir a origem de uma lenda, ou de uma possível aspiração por segurança pela própria visibilidade que o local propiciaria, mas acabou por definir um “sistema de signos” (BARTHES, 1985), que esboça muitas das características da vida, do cotidiano e do imaginário social ponta-grossense.

Já a justificativa sobre não ser matriz a Igreja de Sant’Ana, não há nenhum despacho sobre tal argumento no processo sobre o não tombamento do antigo prédio, que se encontra arquivado na Coordenadoria do Patrimônio Histórico do Paraná, em Curitiba, onde estão os processos referentes ao período em que o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná exercia atividade. Aliás, não há nenhuma referência ou pesquisa no processo que justifique como se formaram os argumentos que indeferiram o tombamento do antigo prédio no parecer de 1º de setembro de 1977.

Embora se usasse para o não tombamento o já citado argumento de que a Igreja de Sant’Ana não seria matriz, ressalta-se o fato de que essa igreja é considerada matriz desde que foi criada a Diocese de Ponta Grossa, em 1926, visto que matriz é um “lugar onde algo se gera ou se cria” (FERREIRA, 1986) e dela gerou-se a vida e o cotidiano da própria cidade.



Figuras 3 e 4: Sequência de fotos da demolição.
Acervo: Foto Elite



Figuras 5 e 6: Sequência de fotos da demolição.
Acervo: Foto Elite



Figuras 7 e 8: Sequência de fotos da demolição
(Na figura 7, note-se o Bispo D. Geraldo Pellanda,
de batina, conferindo de perto os trabalhos).

Acervo: Foto Elite

Algumas considerações

Pode parecer irrelevante pesquisar sobre um prédio que já foi demolido. No entanto, embora o prédio não exista mais em sua forma física, muito de sua memória ainda permanece no imaginário social ponta-grossense, ao menos enquanto perdurarem suas lembranças.

Certamente que a memória nutre-se de lembranças, mesmo que “vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a toda transferência, censura ou projeção” (NORA, 1993, p. 9). A memória tem, por conseguinte, estreita ligação com o vivido. Daí a necessidade da preservação patrimonial, assegurando identidades, uma vez que vivemos num período de aceleração da história, de globalização e processos que mediatizam a procura imediata pelo progresso.

Se a comunidade ponta-grossense tivesse tomado conhecimento de que o antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana não era propriedade do bispado, mas um espaço urbano de interesse cultural da própria comunidade, teria sido possível invalidar a legitimidade atribuída pelo bispado sobre um “possível desabamento” e compreender que, mesmo em 1978, era perfeitamente possível o restauro do patrimônio histórico mais antigo da cidade.

Afinal, mesmo que não tivesse sido tombado e, portanto, preservado por lei, o antigo prédio constituía-se em um patrimônio histórico por referenciar a origem da história de Ponta Grossa e o período da história paranaense que já se convencionou denominar de *Paraná Tradicional*.

Se não houver preservação, perde-se o elo de ligação com o vivido. Sem lembranças, não haverá mais memória. Sem memória, como construir um discurso crítico da história? Conforme LE GOFF, “devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (1996, p. 477).

Não houve a preservação do antigo prédio, mas ainda resistem lembranças e, portanto, referências ao vivido e à reconstrução da memória coletiva ponta-grossense. Nesse sentido, procurou-se construir um discurso crítico desse episódio da história de Ponta Grossa e contribuir para o debate acerca da importância da preservação do patrimônio cultural, atentando que se a comunidade ponta-grossense conta hoje uma nova e moderna Matriz, perdeu muito de sua identidade cultural com a demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana.

Referências:

Fontes Primárias:

ALVES, Sérgio Todeschini. Entrevista concedida em 14 de fevereiro de 1999.

DALL’ACQUA, Vitório. **Álbum**. Apostila datilografada. Ponta Grossa, 1978.

DIÁRIO DOS CAMPOS, Ponta Grossa, v. 1-8, 1977-1978.

LAROCCA, Joel . Entrevista concedida em 12 de março de 1999.

PARANÁ, Coordenadoria do Patrimônio Histórico. Parecer Catedral de Ponta Grossa, Curitiba, set.

1977.

PONTA GROSSA, Câmara Municipal. Requerimento nº 83, abr. 1977.

Referências Bibliográficas:

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. História do Paraná. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant'Ana**, 97 f. Monografia (Especialização em História e Região) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1999.

DIOCESE DE PONTA GROSSA, **Cinqüentenário - 1926-1976**. Ponta Grossa: Gráfica Vicentina, 1976.

DRÓPA, Márcia. **Cidade e memória**: um estudo sobre o patrimônio histórico em Ponta Grossa - Paraná. Assis, 1999. Dissertação. Setor de Ciências Humanas. Universidade Estadual Paulista, 1999.

FERNANDES, José Ricardo Oria. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 13, n. 25, p. 265-276, set. 92/ ago 93.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Manoel Cyrillo. **Miscelanea da Historia de Ponta Grossa**, Ponta Grossa: [s.n], 1935.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 93.

RUGGIERO, Romano (org.). Enciclopédia Einaudi. Trad. Manuel Villaverde Cabral. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.